

Galvêas espera obter maior prazo para o total da dívida

externa

Laura Fonseca

A proposta do Brasil a seus credores, no sentido de dilatar os prazos de carência e pagamento das amortizações de seus débitos relativos a 1983 e 84, poderá ser o primeiro passo para que o governo consiga, em breve, estender esses prazos para o total de sua dívida — cerca de US\$ 91 bilhões. Conforme vem acontecendo com a abertura política no País, pode-se esperar que o processo será lento, seguro e gradual.

Esta análise resulta das declarações do Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao confirmar, ontem, estas novas condições de pagamento — 5 anos de carência, ao invés de 2 anos e meio e 9 anos para o pagamento total, ao invés de 8. Ele disse que, por enquanto, somente os US\$ 5,5 bilhões de amortizações de 83 e os US\$ 6,5 bilhões de dinheiro novo que se destinam às contas de 1984, estão sendo renegociados. Quanto a 1985, ele disse, “este será um novo jogo”.

Também o Ministro Delfim Netto, ao sair da cerimônia de concessão de empréstimos pelo Banco Mundial, ontem, na Seplan, afirmou que “este novo esquema poderia ser para toda a dívida”, deixando entrever um desejo do governo brasileiro de estender esta estratégia de melhores condições de pagamento ao montante global da dívida externa do país.

É claro que uma proposta desta natureza não deve ser acatada de braços abertos pelos nossos credores, mas o Brasil conta com aliados poderosos como o governo dos Estados Unidos e o Presidente do FED, Paul Volcker, que estão convictos da necessidade de se conceder “um espaço para o Brasil respirar”. Eles já alertaram os bancos privados de que um excesso de pressão sobre o país pode “entornar o caldo de vez”. A opinião pública brasileira tem falado mais e mais de moratória que implica na decisão mais temida pelos bancos — cessar os pagamentos relativos aos juros, levando seus balanços a acusarem “empréstimos inadimplentes”, fato que precisa ser levado ao conhecimento dos acionistas dos bancos.

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, embarcou ontem, para os Estados Unidos, para uma reunião decisiva com o Comitê de Assessoramento dos Bancos Internacionais, onde a proposta brasileira terá sua primeira avaliação oficial. Depois parte para uma verdadeira ronda de visita aos bancos credores do País. Como argumento principal Pastore dirá que o Brasil está disposto a pagar tanto quanto puder mas não pode aceitar condições que levem a situação interna do País a uma desorganização grave. Então não terá condições de pagar nada, conforme ocorre com a Polônia, por exemplo.

O Brasil está reivindicando, também, taxas de juros mais baixas, revelou Galvêas, dizendo que o “spread” (sobre-taxa bancária) em relação ao Brasil está diminuindo no mercado internacional refletindo mais confiança no País por causa dos resultados positivos da balança comercial — quase US\$ 5 bilhões de saldo nos 9 primeiros meses do ano, indicando a possibilidade clara de se superar os US\$ 6 bilhões prometidos ao FMI.

A grande pergunta que fica no ar diz respeito ao Decreto-lei 2045. Pode o governo garantir sua aprovação pelo Congresso? Sabe-se que uma política salarial mais rígida é condição básica para que tanto os bancos privados quanto o governo dos Estados Unidos possam confiar numa inflação decrescente e na diminuição do déficit Público, pilares do compromisso brasileiro com o FMI. A chegada do secretário de Estado, George Shultz, ao Brasil no dia 25, três dias antes da data marcada para a votação do decreto no Congresso Nacional não pode ser considerada uma simples coincidência. Esta escolha de datas reflete uma preocupação nítida dos Estados Unidos com a sorte do decreto. Resta saber se a presença de Shultz terá o efeito desejado, ou reforçará ainda mais o setor nacionalista do Congresso, que rejeita este tipo de pressão indireta.